

ENSINO DO LÉXICO:  
O PROBLEMA DA ADEQUAÇÃO VOCABULAR

Helênio Fonseca de Oliveira (UERJ)

RESUMO: Levantamento feito em redações de vestibular e em trabalhos de calouros universitários demonstrou que, dentre as falhas redacionais não ligadas à gramática *stricto sensu* nele observadas, a mais freqüente é a impropriedade vocabular, ou seja, o emprego de palavras em contextos inadequados, a qual pode decorrer: (a) da substituição de vocábulos em expressões idiomáticas; (b) da criação de neologismos comunicacionalmente inadequados; (c) da incompatibilidade entre a palavra escolhida e o tema ou o gênero do texto; (d) do conflito entre a natureza pejorativa ou meliorativa das escolhas lexicais e a orientação argumentativa do texto; (e) do conflito sêmico (incompatibilidade semântica entre vocábulos no interior da sentença); (f) da **inexatidão com redundância** (exemplo: “o nome desse hotel se chama *Intercontinental*”, em que o conceito de “nome” está contido ao mesmo tempo nesse substantivo e no verbo “chamar”, gerando um efeito de **inexatidão** e de **redundância**); (g) do emprego de vocabulário informal em situações formais e vice-versa; (h) da confusão de parônimos em virtude da semelhança fônica entre eles; (i) do emprego, em contextos inadequados, de palavras com baixa densidade semântica, gerando vaguidade. Este trabalho pretende contribuir para o aprimoramento do desempenho redacional dos concluintes do curso médio, especificamente no que se refere à propriedade no emprego do vocabulário, problema para o qual a tradição escolar não costuma propor soluções.

PALAVRAS-CHAVE: léxico, (in)adequação, (im)propriedade, ensino

## 1. INTRODUÇÃO

Com relação ao enriquecimento do vocabulário, o ensino escolar dispõe de estratégias didáticas satisfatórias, recorrendo à leitura, ao hábito de consultar dicionários e ao estudo dos processos de formação de palavras. Não há, portanto, necessidade aqui de o aprofundarmos. Levar o aluno a empregar o vocabulário com propriedade é que é o grande desafio.

Para conceituarmos **propriedade vocabular** (ou **adequação lexical**) talvez devamos começar por definir a **impropriedade** (ou **inadequação**), que é o emprego de uma palavra num contexto impróprio, resultando numa seqüência de palavras “desajeitada”, como nestes exemplos, colhidos em redações de vestibulandos:

- (1) “*costurando arestas*” (por “*aparando arestas*”)
- (2) “*no meu achar*” (por “*a meu ver*”)
- (3) “*Existem vários tipos de erros, com pequenas, médias e grandes conseqüências para o errante e para a sociedade.*”
- (4) “*Não possuíamos nenhum representante nesse Colégio Eleitoral.*”

O professor às vezes, sendo um usuário maduro da língua escrita, intui como inadequada determinada combinação de palavras empregada pelo aluno, mas tem dificuldade para persuadi-lo de que se trata de impropriedade, porque lhe falta uma teoria sobre **propriedade vocabular**. Este artigo pretende contribuir para o estabelecimento dessa teoria. Há trabalhos sobre o assunto, como os de DANTAS, 1979, BASTOS, 1985, CUNHA e BRITO, 1988 e LIMA, 1995.

Um levantamento que fizemos – num *corpus* de 100 redações do vestibular de 2003 da UERJ (a nós gentilmente cedidas pela Comissão do Vestibular) e de umas duas centenas de textos produzidos por calouros do Instituto de Letras da mesma universidade – demonstrou que, dentre as falhas redacionais não ligadas à gramática *stricto sensu* nele observadas, a mais freqüente é a impropriedade vocabular, o que nos despertou para a necessidade de fornecer aos professores subsídios para o desenvolvimento no aluno da habilidade para empregar adequa-

damente o léxico, objetivo que – na opinião dos poucos que o tentam – é um dos mais difíceis de atingir.

A maior parte dos casos de impropriedade está ligada a problemas semânticos e fazer semântica é como medir o volume de uma nuvem. Pela própria natureza do seu objeto de estudo, dificilmente o semanticista consegue o mesmo grau de objetividade que o sintaxista, por exemplo. Daí a dificuldade que o professor encontra para sensibilizar o aluno para a impropriedade, que pode decorrer:

- (a) da substituição de palavras em expressões idiomáticas;
- (b) da criação, ainda que por processos válidos de formação de palavras, de neologismos comunicacionalmente inadequados;
- (c) da incompatibilidade entre a palavra escolhida e o tema ou o gênero do texto;
- (d) do conflito entre a natureza pejorativa ou meliorativa das escolhas lexicais e a orientação argumentativa do texto;
- (e) da incompatibilidade semântica entre vocábulos no interior do sintagma ou da oração;
- (f) do que denominamos **inexatidão com redundância** (definição abaixo);
- (g) do emprego de vocabulário informal em situações formais e vice-versa (**registro inadequado**);
- (h) da confusão de parônimos em virtude da semelhança fônica entre eles, que denominaremos **atração paronímica**;
- (i) da vaguidade decorrente do emprego, em contextos inadequados, de palavras com baixa densidade semântica.

Pode haver outras categorias de impropriedades, porém nos limitaremos a essas, que são as observadas no *corpus*.

## 2. ANÁLISE DO CORPUS

Passamos a seguir a pormenorizar cada uma delas, dando exemplos de cada uma.

## (A) SUBSTITUIÇÃO DE CONSTITUINTES EM EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Este tipo de falha consiste na substituição de vocábulos contidos em expressões idiomáticas por outros, sinônimos ou não, como em “*costurando arestas*” (por “*aparando arestas*”), “*levar à tona*” (por “*trazer à tona*”), “*no meu achar*” (por “*a meu ver*”) etc. (os exemplos dados neste trabalho, com exceção dos não colocados entre aspas, foram colhidos em redações e trabalhos de alunos, quase sempre no *corpus* descrito acima).

O fato de alguém, ao aprender português – seja o falante nativo ou o estrangeiro – memorizar que *quebrar* significa “fazer em pedaços” e que *galho* significa “ramo de árvore”, não é suficiente para a compreensão da expressão idiomática *quebrar um galho*.

Na verdade temos de memorizar três informações: as duas acima mais a de que *quebrar um galho* significa “fazer um favor” ou algo assim. Da mesma forma, quando aprendemos inglês, o fato de aprendermos que *give* é “dar” e que *up* é “para cima” não nos ajuda a entender a expressão idiomática “*give up*” (= “desistir”).

Uma expressão idiomática, portanto, é um conjunto de dois ou mais vocábulos que perdem a independência semântica, mas mantêm a autonomia sintática. Podemos dizer *quebre o meu galho, ele quebrou um grande galho para mim, quebra esse galho* etc., bem como *give it up, give that job up* e assim por diante.

Supondo, portanto, que numa dada língua, **A** e **B** sejam palavras, cada uma com seu significado – ou gama de significados possíveis – e que a seqüência **AB** tenha ela própria sua significação, independente das significações individuais de **A** e **B**, podemos dizer que **AB** é uma expressão idiomática. Isso não impedirá **A** e **B** de assumirem funções sintáticas independentes, nem impedirá a inserção de palavras ou conjuntos de palavras entre **A** e **B**.

É claro que em casos assim a seqüência **AB** resulta freqüentemente do emprego metafórico de **A** e/ou de **B**, mas o fato é que a

expressão **AB** adquiere, em tais casos, um sentido próprio, pouco importa se gerado ou não por um processo metafórico, tendo de ser memorizada como um item lexical independente de **A** e de **B**.

Outros exemplos:

A expressão “*aparar arestas*” é constituída de dois vocábulos: o verbo “*aparar*” e o substantivo “*arestas*”. O vestibulando que empregou “*costurando arestas*” – exemplo (1) – substituiu inadequadamente o verbo “*aparar*” por “*costurar*”. A inaceitabilidade da substituição deve-se ao fato de se tratar de uma expressão idiomática, ou seja, de um único item lexical formado por mais de um vocábulo, não admitindo substituições de constituintes. Provavelmente, a operação mental que gerou o erro, neste caso, foi o cruzamento das expressões “*aparar arestas*” e “*costurar acordos*”, como em *os partidos estão costurando um acordo para definir o orçamento da União*.

Foi também o cruzamento de duas expressões idiomáticas que gerou este outro exemplo: “*envolvida até o último fio de pescoço*”, cruzamento de “*até o último fio de cabelo*” com “*até o pescoço*”.

A expressão idiomática “*a meu ver*” é constituída de três vocábulos: a preposição “*a*”, o possessivo “*meu*” e o infinitivo substantivado do verbo “*ver*”. Na verdade, numa descrição mais rigorosa, a verdadeira expressão é “*a*” + **POSSESSIVO** + “*ver*”, tanto que ela pode assumir formas como “*a nosso ver*”, “*a seu ver*” etc. Se entendermos **sinonímia** num sentido amplo, poderemos dizer que o aluno, empregando “*no meu achar*”, sinonimizou o infinitivo, o que não é aceitável, porque se trata de expressão idiomática. Daí o estranhamento.

Os constituintes de uma expressão idiomática podem apresentar diferentes graus de manutenção do valor semântico que têm isoladamente. As expressões “*costurar acordos*” e “*aparar arestas*”, por exemplo, são metáforas cristalizadas, mantendo, por isso, um dos sentidos possíveis de cada um dos vocábulos de que são formadas.

Já em “*quebrar o galho*”, embora também se trate de expressão de origem metafórica, a maioria dos falantes já perdeu a memória da metáfora geradora da expressão: um “galho” é um obstáculo, “quebrá-lo” é eliminar o obstáculo, logo “quebrar um galho” para alguém é fazer-lhe o favor de eliminar um obstáculo que lhe estava obstruindo o caminho, mas o fato é que normalmente não nos lembramos disso quando empregamos essa expressão, donde se conclui que nela o grau de manutenção dos sen-

tidos originais dos constituintes é menor do que em “*costurar acordos*” ou em “*aparar arestas*”.

(B) *NEOLOGISMOS COMUNICACIONALMENTE INADEQUADOS*

Este tipo de inadequação resulta da criação, mesmo que por processos válidos de formação de palavras, de neologismos comunicacionalmente inadequados, como “*planos incumpríveis*” (por “*inexequíveis*”), “*atitude radicalista*” (por “*radical*”), *plano imexível* (por “*intocável*”), “*o errante*” (por “*a pessoa que erra*”) etc.

Um neologismo pode ser:

- (I) **bem** ou **malformado** – conforme siga ou não as regras de formação de palavras da língua;
- (II) **necessário** ou **desnecessário** – entendendo-se como **necessário** aquele que preenche uma lacuna no léxico da língua, isto é, que exprime um conceito não expresso até então pelos itens lexicais disponíveis (este critério fica um tanto relativizado pela total ou quase total inexistência, em virtude do fenômeno da polifonia, de sinônimos perfeitos: será sempre polêmica a discussão da “necessidade” de um neologismo);
- (III) **bem** ou **malsucedido**, conceito essencialmente sociolinguístico, que tem a ver com a boa ou má aceitação da palavra nova por parte dos usuários da língua.

Por exemplo: *incumprível*, *imexível* e *radicalista*, bem como *errante* (no sentido de “*pessoa que erra*”), são neologismos ao mesmo tempo bem-formados, desnecessários e malsucedidos. Bem-formados, porque resultam da aplicação de regras de formação de palavras do português, que são inclusive produtivas. Desnecessários, porque se destinariam a “substituir”, respectivamente, *inexequível*, *intocável*, *radical* e *faltoso*, que já existem na língua. O enunciado (3), por exemplo, pode ser reescrito como:

(3') *Existem vários tipos de erros, com pequenas, médias e grandes conseqüências para o faltoso e para a sociedade.*

E são malsucedidos, porque não tiveram aceitação, ou seja, não se impuseram pelo uso. A forma *errante*, inclusive, apresenta um problema a mais, que contribui para o seu insucesso: já existe com outro sentido, o de pessoa ou coisa (geralmente pessoa) que vagueia sem destino, já estando, conseqüentemente, “comprometido” com um sentido diferente do que o aluno lhe atribuiu.

Existem até mesmo neologismos malformados, mas bem-sucedidos, como o adjetivo *vendável*, que, se bem formado, seria “*vendível*”, com a vogal temática *i*. O sufixo *vel* – formador de adjetivos derivados de verbos e normalmente portadores dos conteúdos semânticos de “passividade” e “possibilidade” – é precedido por *a* com os radicais dos verbos da primeira conjugação e por *i* com os da segunda ou da terceira: cf. *amar* → *amável*, *punir* → *punível*, *preencher* → *preechível* etc. Trata-se, evidentemente, da vogal temática da conjugação a que pertence o verbo, neutralizando-se, porém, a oposição entre a segunda conjugação e a terceira em proveito da vogal temática da terceira.

Um neologismo, portanto, é adequado quando bem-sucedido, preenchidas, é claro, as demais condições de adequação vocabular: *vendável*, por exemplo, é em princípio adequado. Não será a má-formação da palavra que a tornará inaceitável. O uso é, portanto, o supremo juiz em casos assim e o uso consagra às vezes neologismos malformados.

(C) *INCOMPATIBILIDADE ENTRE A PALAVRA ESCOLHIDA E O TEMA OU O GÊNERO DO TEXTO*

Distinguir se se trata de **inadequação ao gênero textual** ou à **temática do texto** é às vezes desnecessário. A fronteira entre os dois tipos de impropriedade existe, mas torna-se freqüentemente pouco nítida e o seu estabelecimento é, a nosso ver, irrelevante. Por isso trataremos as duas categorias como uma única.

Imaginemos, numa notícia de jornal, as seguintes frases:

(5) *O gorila fugiu da jaula. O animal, no entanto, já foi capturado pelos seguranças do Zoológico.*

(5a) *O gorila fugiu da jaula. A fera, no entanto, já foi capturada pelos seguranças do Zoológico.*

(5b) *O gorila fugiu da jaula. O primata, no entanto, já foi capturado pelos seguranças do Zoológico.*

Os vocábulos *animal* e *fera* são adequados ao mesmo tempo ao gênero textual **notícia** e ao tema da fuga de um animal do zoológico. *Primata*, sendo um termo especializado de biologia, é impróprio para esse gênero e para essa temática, sendo mais indicado para um texto científico ou didático da área de zoologia.

Examinemos agora este outro exemplo, colhido em nosso *corpus*:

(6) “*Os meios de comunicação são instrumentos de grande influência na vida do ser humano*”.

Seria mais apropriado “*na vida do das pessoas*”. A expressão *ser humano*, adequada talvez para uma reflexão metafísica, imprime ao texto um tom quase solene, que não cabe no contexto em que foi usada.

Trata-se, no caso, de inadequação ao tema do texto. É possível o emprego do sintagma *ser humano* numa **dissertação argumentativa escolar**, como é o caso, desde que a temática seja suficientemente geral, a ponto de falar da humanidade como um todo. O problema é que nesse exemplo o tema são os meios de comunicação de massa, o que “combina” melhor com *pessoas*. Quanto à existência do gênero **dissertação argumentativa escolar**, ver OLIVEIRA, in HENRIQUES e SIMÕES, 2004, p. 183-193.

Uma escolha lexical, portanto, pode ser inadequada ao tema sem que o seja ao gênero, mas, considerando a forte correlação existente entre o gênero de um texto e sua temática, preferimos tratar os dois casos como um único. Como afirma BAKHTIN, 1997, p. 279, um gênero se caracteriza por determinada construção composicional, por certo estilo e por determinado conteúdo temático.

Às vezes acontece o contrário do que se verifica em (6): deparamo-nos com o termo de menor alcance onde se deveria empregar o de escopo mais amplo, como neste trecho:

(7) “*Deve-se pesar que a morte de uma pessoa é mais grave do que o estupro*”.

Aqui, ao contrário, caberia “*a morte de um ser humano*”.

Está em jogo o valor **vida humana**, que “exige” um tom mais grave. A opção por *pessoa* banaliza a frase, podendo ser considerada inadequada ao tema.

É claro que essas diferenças são muito sutis e temos de falar em graus de aceitabilidade, mas o fato de lidar com categorias de difícil identificação no plano empírico não invalida uma teoria. Apenas exige de quem a aplica um maior aguçamento da percepção. O trabalho de transcrição fonética, por exemplo, exige uma sensibilidade auditiva acima da média, o que não o torna menos científico que outras atividades de pesquisa.

Cabe ao professor procurar sensibilizar o aluno para sutilezas como as referentes a (6) e (7), aplicando, em caso de dúvida, o princípio do *in dubio pro reo*. Mas quanto menos recorrer a ele, melhor será.

(D) INCOMPATIBILIDADE ENTRE A ORIENTAÇÃO  
ARGUMENTATIVA DO TEXTO E A NATUREZA PEJORATIVA OU  
MELIORATIVA DOS ITENS LEXICAIS ESCOLHIDOS

Dizíamos em outro trabalho:

Imaginemos que um texto cujo tema sejam os exílios políticos do período da ditadura militar brasileira, apesar de argumentar contra a ditadura e a favor dos exilados, se referisse a estes como ‘subversivos’: (...) a orientação argumentativa do texto estaria indo numa direção e a escolha lexical (pejorativos e meliorativos), em outra, o que infringiria uma espécie de ‘regra textual’. Também neste caso, evidentemente, existe a possibilidade da infração ‘permitida’ – em nome da ironia, do mascaramento de intenções etc. – cf. OLIVEIRA, in JÚDICE *et al.*, org. 1999, p.80.

Esse tipo de impropriedade, muito freqüente em exercícios de redação, é de natureza macroestrutural, ou seja, só se pode identificar no nível do texto, tendendo a não ser perceptível no da frase.

(E) INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES  
SEMÂNTICAS DE VOCÁBULOS CONTIDOS NO MESMO SINTAGMA  
OU NA MESMA ORAÇÃO

Este tipo de inadequação consiste no conflito semântico entre palavras contidas na mesma sentença. É o que acontece no exemplo (4), mencionado acima, bem como em (8), como podemos observar:

(4) “Não *possuíamos* nenhum *representante* nesse Colégio Eleitoral.”

(8) “Talvez pelo fato de os pais *possuírem* um maior *diálogo* com os filhos nos dias atuais, tal tabu foi sendo deixado de lado.”

Os substantivos *representante* e *diálogo* são núcleos de complementos do verbo *possuir*, com o qual são semanticamente incompatíveis. Isso fica evidente quando comparamos (4) e (8) com os enunciados que se seguem:

(4a) Não *tínhamos* nenhum *representante* nesse Colégio Eleitoral.

(8a) Talvez pelo fato de os pais *terem* um maior *diálogo* com os filhos nos dias atuais...

(4b) Não *possuíamos* nenhum *imóvel* nesse bairro.

(8b) Talvez pelo fato de os pais *possuírem* um *sítio* em Teresópolis...

O usuário da língua tende a aceitar intuitivamente (4a), (4b), (8a) e (8b) e a rejeitar (4) e (8). A baixa aceitabilidade destes fica evidente quando os comparamos com os outros quatro. Isso caracteriza sua impropriedade ou pelo menos sua não completa aceitabilidade. Para a discussão dos conceitos de *aceitável* e *inaceitável*, *correto* e *incorreto* e similares, ver OLIVEIRA, in JÚDICE *et al.*, org. 1999.

Trata-se de um problema de *combinatória sêmica* incorreta, isto é, de incompatibilidade entre as *especificações semânticas* de itens lexicais contidos na mesma sentença, que no caso são o verbo e seu complemento. O verbo *possuir* *seleciona* objetos diretos com a especificação semântica – digamos – “comercializável”, da qual os substantivos *representante* e *diálogo* não são “portadores”, daí intuirmos como inaceitáveis as seqüências “*possuir representante*” e “*possuir diálogo*” e como aceitáveis “*possuir um imóvel*” e “*possuir um sítio*”. O verbo *ter*, como não apresenta essa restrição, fica adequado em contextos em que *possuir* é inadequado, daí a aceitabilidade não só de “*ter um imóvel*” e “*ter um sítio*”, mas também de “*ter representante*” e “*ter diálogo*”.

A descrição semântica baseada em traços tem suas limitações, como lembra VASCONCELLOS, 1996. Mas para explicar a incompatibilidade entre palavras do mesmo sintagma ou da mesma oração ela se mostra bastante operacional, desde que recorramos não apenas aos traços mais gerais como “abstrato”, “humano”, “contável” etc. correspondentes a ca-

tegorias presentes no léxico e na gramática, mas também aos mais específicos, como o “comercializável” do exemplo acima, exclusivos do léxico.

Erros de estudantes como os de (4) e (8) são um sintoma do não completo domínio da variedade formal culta da língua por parte deles. O papel do professor, em tais casos, é promover exercícios de sensibilização com o objetivo de levá-los a evitar esse tipo de incompatibilidade semântica. Um bom recurso didático para isso é colocar lado a lado duas ou mais possibilidades, como fizemos acima, a fim de pôr em evidência os diferentes graus de aceitabilidade.

Se levamos o aluno a comparar, digamos, as combinações *executar tarefas*, *desempenhar tarefas*, *executar funções* e *desempenhar funções*, perguntando-lhe quais são as mais aceitáveis, ele provavelmente apontará a primeira e a última, donde se conclui que o verbo *executar* “combina” com *tarefas* e *desempenhar*, com *funções*. Isso se explica pelo fato de que a especificação semântica selecionada por *executar* para seu objeto direto é “pontual” e a selecionada por *desempenhar* é “durativo”. A preferência intuitiva do falante por *executar tarefas* e *desempenhar funções* – que constatamos testando esses exemplos com centenas de informantes – deve-se ao fato de que o substantivo *tarefa* contém a primeira especificação e *função* contém a segunda: uma tarefa é momentânea, uma função é para ser exercida enquanto durar.

Essas combinações foram testadas durante três anos (seis semestres), em mais de dez turmas, com trinta alunos em média cada uma, o que significa que cerca de 300 estudantes foram consultados. Escreviam-se no quadro as quatro formas e pedia-se aos alunos que identificassem as que causavam estranheza e as que “soavam bem”. Foram poucas as hesitações, bem como as respostas destoantes do resultado aqui apresentado.

O conflito de especificações semânticas se dá não só entre o verbo e seu complemento, mas também entre o sujeito e o verbo, entre o adjetivo e o substantivo, o advérbio e o verbo etc. Vale a plena analisar o clássico exemplo de Chomsky “*Green ideas slept furiously*” – “*Idéias verdes dormiam furiosamente*”. Embora um tanto artificial e caricatural, essa frase ilustra bem o conflito semântico: (a) entre o adjetivo e o substantivo (“*idéias verdes*”); (b) entre o sujeito e o verbo (“*idéias verdes dormiam*”); (c) entre o advérbio e o verbo (“*dormiam furiosamente*”).

O adjetivo *verdes*, sendo designativo de uma cor, “exige” um substantivo concreto. Para ter cor é preciso existir no mundo físico, logo

só substantivos concretos, metáforas à parte, podem combinar com adjetivos que designam cores (a questão da metáfora será discutida mais abaixo). Como *idéias* é substantivo abstrato, a seqüência *idéias verdes* fica inadequada, ou, mais exatamente, só pode ser empregada metafórica ou metonimicamente.

O verbo *dormir* seleciona sujeitos com a especificação “animado” – *um homem dormia, uma garota dormia, um cavalo dormia* etc. O substantivo *idéias*, sendo “abstrato”, é automaticamente “inanimado”, uma vez que “animado” implica “concreto”.

E, finalmente, o advérbio *furiosamente* só combina semanticamente com verbos que exprimam ações capazes de atingir um grau de agitação compatível com o sentimento de “fúria” – *discursar furiosamente, comer furiosamente, bater furiosamente* etc. O sono é, quando muito, *agitado*. Percebe-se assim, intuitivamente, que *fúria* é incompatível com o estado de sono, implícito no verbo *dormir*. Daí o efeito surrealista do sintagma *dormir furiosamente*.

É claro que estamos na fronteira entre semântica e conhecimento do mundo, mas ficaremos nessa fronteira toda vez que fizermos semântica. Ou isso, ou faremos uma semântica limitada aos traços mais gerais, correspondentes às categorias da gramática, insuficientes para dar conta dos léxicos das línguas naturais e do ensino da habilidade para empregar adequadamente o vocabulário.

Dentre os casos de combinatória sêmica inadequada encontrados no *corpus*, não resta dúvida, o mais freqüente é o conflito semântico entre verbo e objeto direto ou entre o substantivo derivado de um verbo e o seu complemento, como nestes exemplos:

(9) “No Rio de Janeiro, o governo tem realizado concursos públicos para a **ampliação** de policiais militares.”

**Comentário:** Não se ampliam policiais.

(10) “A Argentina **tem** mais turistas do que o Brasil.”

**Comentário:** Um país não **tem** nem **possui** os turistas que o visitam; **recebe-os**.

(11) “Pesquisas são realizadas para a **descoberta** de novas máquinas.”

**Comentário:** Seria mais adequado “criação” ou “invenção”; **descobre-se** o que já existe; **cria-se** ou **inventa-se** algo novo – *descoberta de X* implica a existência na língua de *descobrir X*, portanto se trata, indiretamente, de um caso de relação verbo-objeto. Foi a constatação da alta incidência desse tipo de incompatibilidade que levou LIMA, 1995, a escolher como objeto de pesquisa precisamente a relação entre o verbo e o objeto.

Voltando ao exemplo de Chomsky, o sintagma *idéias verdes* poderia ser metafórico, significando “idéias imaturas” ou ser metonímico e significar “idéias ecológicas” ou ainda, no Brasil da década de 30, “idéias integralistas”.

A interpretação de metáforas, e mesmo de metonímias, depende grandemente da situação comunicativa. Neste trabalho não pretendemos esgotar a discussão dos critérios para distinguir o conflito intencional de especificações, com um propósito comunicativo qualquer, da incompatibilidade pura e simplesmente errônea, resultante da falta de domínio pelo aluno da modalidade escrita, mas gostaríamos de lembrar: (1.º) que existem os dois casos; (2.º) que o sentido da metáfora depende da situação comunicativa e do **contrato de comunicação** envolvido – cf. OLIVEIRA, 2003, p.23-56; (3.º) que, ao sensibilizar o aluno para o problema da adequação vocabular, especificamente nos casos de incompatibilidade sêmica, é preciso tomar cuidado para não o levar a concluir equivocadamente que a metáfora seja um erro.

Um ponto a ser trabalhado com o aluno é a adequação da metáfora escolhida à situação real de comunicação em que a empregamos. Há associações metafóricas mais e menos eficazes em cada caso. Observe-mos, a esse propósito, o seguinte exemplo:

(12) “A principal vítima do avanço tecnológico é a mão-de-obra menos qualificada, tornando-se o grau de instrução do trabalhador a sua principal **ferramenta**.”

*Ferramenta* não está mal, mas *arma* ficaria melhor. Se podemos escolher entre o bom e o ótimo, por que não ficar com o ótimo? Estamos entre duas metáforas: *ferramenta*, no campo semântico do **trabalho**, e *arma*, no da **guerra**, **luta** etc. Como se trata de **lutar** por uma vaga no mercado de trabalho, talvez *arma* seja mais adequado.

Daí se conclui também que, nas atividades ligadas à adequação vocabular, o binômio nem sempre é **correto** versus **incorreto**. Em alguns casos a tarefa consiste em – entre duas seqüências aceitáveis – escolher a mais adequada, o que demonstra mais uma vez a necessidade de se operar com o conceito de **graus de aceitabilidade**. Temos de escolher ora entre o bom e o melhor, ora entre o totalmente aceitável e o ligeiramente inadequado. Em termos ideais, seria desejável que, em algum momento da formação do aluno, ele adquirisse a habilidade para, entre duas possibilidades, identificar e empregar a mais aceitável. Se determinada forma não é totalmente aceitável, o ideal é não a empregarmos.

Um dos fatores que tornam tão difícil o trabalho com esse tipo de objetivo didático é precisamente o tratamento equivocadamente prescritivo que se dá às vezes aos aspectos menos dicotômicos da questão.

Como dizíamos, em OLIVEIRA, in JÚDICE *et al.*. org. 1999, p. 79, “o fato de uma pequena desafinação numa sinfonia passar despercebida aos ouvidos de uma parte menos exigente da platéia não significa que a execução tenha sido perfeita”, ou que ela não desagrade a um público de gosto mais apurado.

Ainda um último detalhe sobre incompatibilidade semântica: na verdade o item (a) – substituição de constituintes de expressões idiomáticas – tem relação com (e) – incompatibilidade semântica –, porque normalmente uma expressão idiomática resulta da cristalização de uma seqüência de palavras que um dia já existiram como itens lexicais independentes, mantendo entre si relações semânticas sujeitas às regras de combinatória sêmica.

#### (F) INEXATIDÃO COM REDUNDÂNCIA

Um subtipo muito freqüente da incompatibilidade de especificações semânticas no interior do sentença – que pretendemos tratar como categoria à parte – é o conflito de especificações semânticas motivado pelo emprego, na mesma frase, de palavras com uma parte comum em seus conteúdos, gerando ao mesmo tempo **redundância** e **inexatidão**. É o que se observa, por exemplo, em:

- (13) *O nome desse hotel se chama Intercontinental.*

Como *chamar-se* é “ter o nome de”, essa frase pode ser parafraseada como *O nome desse hotel tem o nome de Intercontinental*. O substantivo *nome* seguido do verbo *chamar-se*, que equivale a *ter o nome de*, acaba gerando ao mesmo tempo redundância e inexatidão. **Redundância**, porque o conceito de “nome” está contido ao mesmo tempo nesse próprio substantivo e no verbo da frase. E **inexatidão**, porque o que se chama “Intercontinental” não é o nome do hotel, e sim o próprio hotel. A impropriedade do tipo (f) é, por conseguinte, um caso particular da do tipo (e).

No nosso *corpus* há vários exemplos desse fenômeno:

- (14) “*O emprego da verba pública tem que ser investido em saúde.*”

**Comentário:** *Investir* em algo = *empregar verba* naquilo.

- (15) “*O custo de um presídio custa 45 milhões de dólares.*”

**Comentário:** *Custar X* = *ter o custo de X*.

- (16) “*Não era possível que esse estado de coisas pudesse continuar.*”

**Comentário:** *Poder* = *ser possível*.

- (17) “*Os revolucionários decapitaram as cabeças dos nobres.*”

**Comentário:** *Decapitar* alguém = *cortar a cabeça* dessa pessoa... – o prefixo latino *de* significa “movimento de cima para baixo” e o radical (também latino) *capit* é uma variante de *caput* (= “cabeça”).

- (18) “*Com o manual, o usuário dispensa a necessidade de memorizar os comandos.*”

**Comentário:** *Dispensar X* = *não ter necessidade de X*.

- (19) “*Desmataram as florestas da região.*”

**Comentário:** *Desmatar* = *derrubar matas*, isto é, *florestas*.

Esse fenômeno, que poderíamos denominar **inexatidão com redundância**, é diferente do **pleonismo**, tão combatido pela tradição escolar. Em construções pleonásticas como “*subir para cima*”, “*descer para baixo*”, “*hemorragia de sangue*” etc. há redundância, mas não inexatidão.

A verdadeira motivação, no universo escolar, para o combate ao pleonismo não é o repúdio à redundância, e sim a preocupação do usuário

mais instruído do idioma em ser identificado como tal. É, portanto, uma questão de *status*. A rejeição por construções como as do parágrafo anterior enquadra-se no mesmo fenômeno sociolinguístico que levou à criação, no Orkut, de uma comunidade chamada “Eu Odeio o Vocabulário *Nem*”. Esse vocativo, típico de dialetos sociais vistos depreciativamente, é uma forma abreviada de *neném*, tratamento afetivo correspondente a “meu querido” ou “minha querida”. Seu único pecado, portanto, é ser alvo do preconceito linguístico.

Uma prova de que não é a redundância em si que o ensino escolar combate é a distinção que ele faz entre o **pleonismo vicioso** (como os desses exemplos) e o **literário** (do tipo “*conheça-se a si mesmo*”, “*a mim não me interessa*” etc.). Ora, a diferença entre os dois tipos está no nível sociocultural de quem os emprega. O pleonismo dito vicioso é o empregado por pessoas com pouca escolaridade e nível sociocultural “baixo”, ao passo que o literário é o utilizado pelo chamado falante culto. A classificação de um pleonismo como vicioso ou literário depende, pois, do prestígio ou desprestígio de quem o emprega.

Essa explicação, entretanto, embora verdadeira, não resolve o problema pedagógico da gestão do preconceito na escola. É evidente que não se vai estimular o aluno a empregar **formas linguísticas estigmatizadas**, qualquer que seja a causa do estigma. Não é assim que se democratiza o ensino da língua. Não basta denunciar o preconceito linguístico. É preciso administrá-lo enquanto não o erradicamos. Do contrário ficaremos limitados a um mero trabalho de sensibilização, sem propostas concretas e operacionais para solucionar o problema.

#### (G) REGISTRO INADEQUADO

Este tipo de impropriedade ocorre quando a palavra escolhida é inadequada ao grau de formalidade exigido pela situação comunicativa em que o texto é produzido ou ao gênero textual a que ele pertence, implicando infração do contrato de comunicação vigente nas circunstâncias, ora rebaixando inadequadamente o registro linguístico, ora elevando-o inadequadamente.

O primeiro caso está ligado ao **excesso de oralidade na escrita** e pode ser ilustrado por exemplos como os que se seguem:

(20) “A *moleza da Justiça* tem uma explicação, que seria o número excessivo de processos para cada juiz julgar.”

(21) “*Isso não seria impedimento para o cidadão arrumar uma ocupação.*”

(22) “*Desmoralizou um companheiro na presença de uma comunidade, com o fito de apanhar uma causa, não procedendo de maneira condizente com o prestígio da classe dos advogados.*”

Trata-se, em casos assim, de vocabulário informal em situações formais. O contrário também acontece. Ocorrem às vezes itens lexicais excessivamente formais para a situação comunicativa ou o gênero textual em que são empregados. Certos gêneros da modalidade escrita necessitam, apesar de pertencerem a essa modalidade, de um vocabulário semiformal ou até informal.

#### (H) ATRAÇÃO PARONÍMICA

Denominamos **atração paronímica** a impropriedade provocada pelo emprego de uma palavra por outra em virtude da semelhança fônica entre ambas. São freqüentes no ensino escolar exercícios para distinguir *inflação* de *infração*, *infligir* de *infringir*, *absorver* de *absolver*, *descrição* de *discrissão*, *eminente* de *iminente*, *retificar* de *ratificar* etc.

É a **atração paronímica** que motiva impropriedades como as dos exemplos a seguir, colhidos em nosso *corpus*:

(23) “*O pensamento frui livremente*” (emprego de *fruir* por *fluir*).

(24) “*A Igreja deve não só enveredar esforços para a legalização do jogo, como também fiscalizar o dinheiro que nele for jogado*” (emprego de *enveredar* por *envidar*).

Em (24) ocorrem ao mesmo tempo atração paronímica e substituição de palavras em expressões idiomáticas: *envidar esforços* é uma expressão idiomática.

O conceito de **parônimo**, ao contrário do de **homônimo**, não tem relevância na linguística teórica, mas é importante em linguística aplicada ao ensino de idiomas, inclusive no da língua nacional.

Partindo do princípio de que se trata de um termo de natureza linguístico-pedagógica, podemos definir **parônimos** como palavras

fonicamente semelhantes, que o usuário da língua tende a confundir, empregando uma pela outra.

Encontramos certa vez, num livro didático, *cães* e *cais* como exemplo – a nosso ver inadequado – de paronímia. Esse par não se enquadra na definição acima, uma vez que não se trata de vocábulos que tendam a ser confundidos. Pelo menos é improvável que alguém os confunda. O exemplo é no mínimo pouco intuitivo.

(1) VAGUIDADE DECORRENTE DO EMPREGO DE PALAVRAS  
COM BAIXA DENSIDADE SEMÂNTICA

Às vezes a impropriedade consiste no emprego, em contextos inadequados, de palavras com baixa densidade semântica, como *fator*, *problema*, *aspecto*, *questão* etc., produzindo um efeito de imprecisão e vaguidade. Esta categoria, que decorre da pobreza do vocabulário ativo do aluno, é também um subtipo da incompatibilidade semântica – item (e).

Temos um exemplo dela em:

(25) “O artigo 61, parágrafo 1.º, II, letra ‘e’ preceitua como sendo de iniciativa do Presidente da República as leis que tenham por *fator* principal a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da Administração Pública.”

O substantivo *fator* fica deslocado nesse contexto. Uma solução possível seria substituí-lo por *objetivo*.

### 3. PALAVRAS FINAIS

Esperamos haver fornecido subsídios, com a presente análise, para o aprimoramento do desempenho redacional dos concluintes do curso médio, especificamente no que se refere à propriedade no emprego do vocabulário, problema para o qual a tradição escolar não costuma propor soluções, com a honrosa exceção de alguns livros didáticos pioneiros. Contribuir para que esses jovens adquiram o domínio da escrita é da maior importância social: mais portas se abrem no mercado de trabalho para quem domina a **língua padrão**, entendida como **variedade formal culta do idioma**.

O ideal é capacitar o professor a descobrir ele mesmo as regras que o fazem rejeitar certas combinações semânticas inadequadas, ou seja, habilitá-lo a fazer o tipo de descrição que propusemos acima, sensibilizando-o, no entanto, para a necessidade de reduzir ao mínimo a imposição de suas preferências lingüísticas aos estudantes.

Seria uma pena – em nome do temor de que o professor impusesse seu idioleto aos alunos – deixar de explorar um veio tão rico. Muito mais racional é correr um risco calculado.

Aliás, só há uma forma, tanto no ensino da língua nacional quanto no de línguas estrangeiras, de reduzir a zero o risco de o professor impor ao aluno as idiosincrasias de seu estilo: é desistindo de ensinar línguas. E isso vale tanto para línguas estrangeiras quanto para a língua nacional.

Na verdade, o inglês, o francês, o espanhol etc. que os respectivos professores ensinam é uma ficção necessária e inevitável, não no sentido de que ensinem algo inexistente no mundo, mas no de que fazem uma seleção entre as opções oferecidas pela realidade do uso. Por exemplo: há mais de uma pronúncia para o /r/ nas várias regiões de língua francesa, mas os cursos desse idioma adotam o /r/ posterior (ora uvular, ora velar) do francês parisiense.

Agradecemos às bolsistas Regilene Carla Portovedo Gonçalves, Evelyn Campos Marinho e Érica Cozandey de Lucas por sua participação na pesquisa.

ABSTRACT: Papers written as composition exercises or as composition tests by Brazilian college students and by Brazilian students that have finished high-school demonstrates that the most frequent non-grammatical mistake they commit in Portuguese language (“grammatical” referring to school grammar) is the inappropriate use of lexical items, which may result: (a) from the substitution of words belonging to idioms for synonyms or quasi-synonyms; (b) from the use of neological words inappropriate to the communicational purposes of the text; (c) from the incompatibility between certain word-choices made and the theme of the text and/or its gender; (d) from the conflict between the thesis of the text and the positive or negative nature of the words chosen; (e) from the incompatibility between the semantic specifications of words put together in the same phrase or sentence; (f) from a kind of word combination which produces an effect at the same time of inexactitude and redundancy (for example: “o *nome* desse hotel

*se chama Intercontinental*” – literal translation: “*the name of this hotel is called Intercontinental*”); (g) from the use of an informal style in a formal situation and vice-versa; (h) from the replacing of a word for a paronym; (i) from the use, in inappropriate contexts, of words with low semantic density, producing an effect of vagueness. This work is intended to contribute to a better quality in composition abilities of high-school and college students, specifically in the use of lexicon.

KEY-WORDS: lexicon. (in)adequacy, language teaching

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BASTOS, Liliana Cabral. *Desvios lexicais em textos de alunos de terceiro grau da PUC-RJ*. Relatório apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, janeiro, 1985.
- CUNHA, José C., BRITO, Célia M. C. Inadequação vocabular em redações de vestibulandos. *Letras & Letras*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 4(1-2):94-114, jul.-dez. 1988.
- DANTAS, Liana D. *A inadequação vocabular em textos de alunos de nível universitário*. Rio de Janeiro: PUC, 1979. Dissertação de Mestrado.
- HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro, Europa, 2004.
- JÚDICE, Norimar, GAVAZZI Sigrid, TROUCHE, Lygia, MONNERAT, Rosane e BITTENCOURT, Teresinha, Org. *Português em debate*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.
- LIMA, Mônica Paula de. *Propriedade lexical na relação verbo-argumentos: uma contribuição ao ensino de produção de textos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1995. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2003.
- VASCONCELLOS. Zinda Maria Carvalho de. *O processo da expansão de sentido e a questão da (ir)representabilidade semântica*. Rio de Janeiro: PUC, 1996. Tese de Doutorado.